

JE

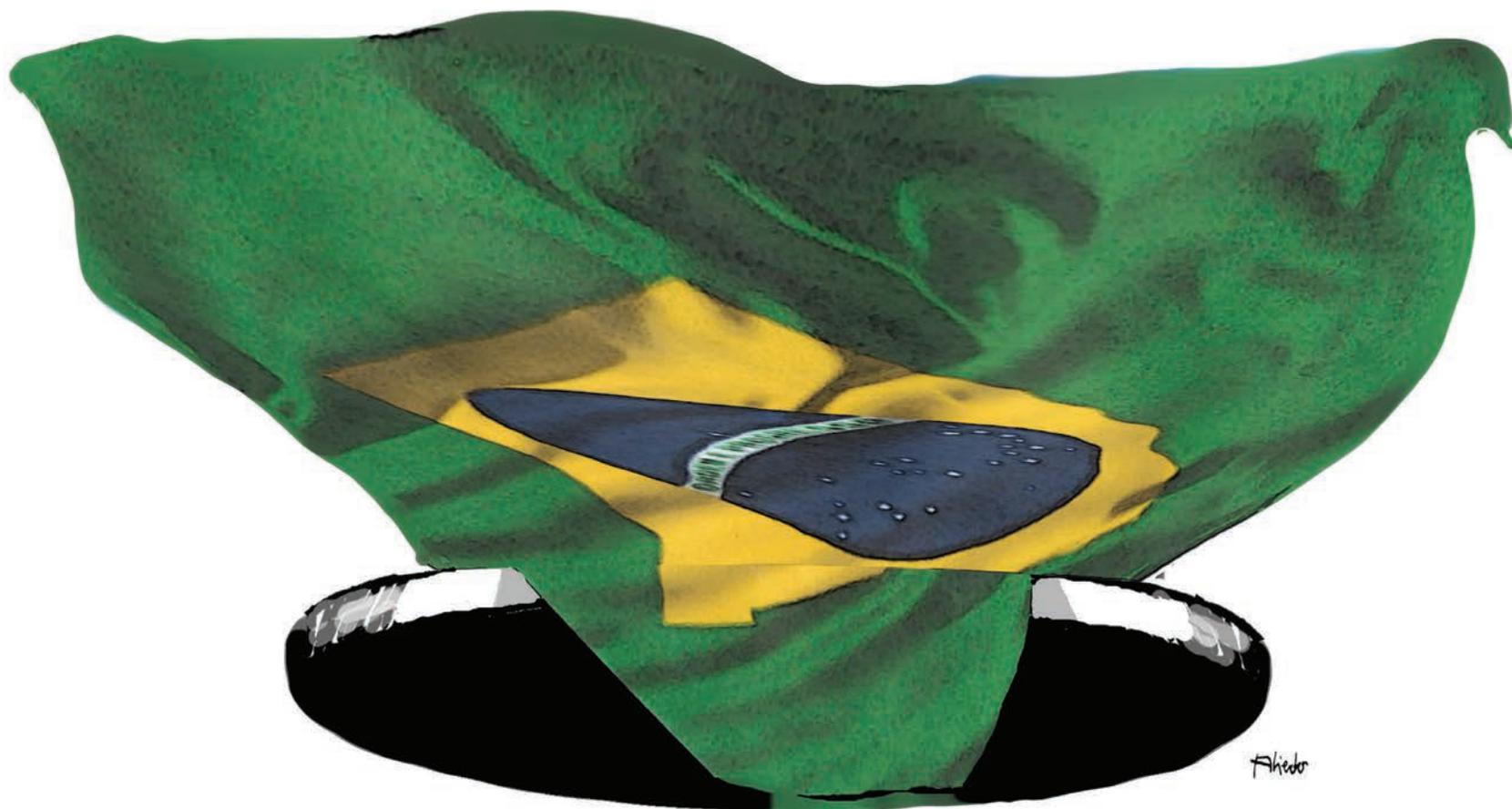
Jornal dos Economistas

Nº 359 Julho de 2019

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Nova recessão?

Adhemar Mineiro, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Antonio Lacerda e Maria Lucia Fattorelli discutem a reversão da expectativa de recuperação econômica em 2019 e a possibilidade de o Brasil voltar a entrar em recessão. Eduardo Bastian analisa a crise argentina e suas diferenças em relação à brasileira.



Fórum verifica se o Rio respeita a vinculação orçamentária da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nova recessão?

Após a acentuada recessão em 2015-2016 e a tímida retomada em 2017-2018, a expectativa era de uma recuperação consistente da economia em 2019. Não é isso que indicam os resultados deste ano, que não excluem a possibilidade de uma volta à recessão e o agravamento do já nefasto quadro social.

Adhemar Mineiro, da UFRRJ, constata que o que está se colhendo é exatamente o objetivo esperado da política fiscal contracionista vigente há quatro anos e meio: contração econômica. O tripé que ancorava a política econômica desde 1999 foi substituído na prática pela política contracionista, que não só fracassou em produzir superávit primário como tem ampliado o déficit.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., do IE/Unicamp, avalia que a estagnação no primeiro trimestre jogou uma pá de cal na narrativa da recuperação da economia. O suposto “choque de confiança” provocado pelas reformas liberais, como a Previdência, não vai levar à recuperação do crescimento e emprego. A correlação entre liberalismo e crescimento econômico é negativa. O primeiro passo é romper o bloqueio mental que naturaliza o neoliberalismo.

Antonio Lacerda, da FEA-PUCSP, propõe a redução da Selic, tendo em vista a anemia da demanda, capacidade ociosa e ausência de grandes choques de oferta. Insistir no discurso autofágico dos cortes de gastos, principalmente de investimentos públicos, que já se estão no menor nível histórico, não contribui para reverter o quadro adverso. É preciso realizar uma ampla reforma tributária.

Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, conclui que, para voltar a crescer, o Brasil precisa reformar a política monetária suicida do BC, que é a responsável pela crise, impedir a aprovação da emenda da Previdência e revogar o teto de gastos e a reforma trabalhista.

Eduardo Bastian, do IE-UFRJ, explica a crise argentina e o colapso da estratégia econômica de Macri. O problema segue sendo a restrição externa. A explosão de endividamento de 2016-2017 – somada à saída de capitais em 2018 – só não levou o país ao *default* em função do suporte do FMI. O Brasil corre poucos riscos de repetir a crise argentina, porque tem uma vulnerabilidade externa muito menor.

O artigo do Fórum verifica se o município e estado do Rio respeitaram a vinculação orçamentária da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estabelecida pela Constituição em 25%, e mede a sua eficácia na comparação com indicadores de qualidade da educação.

Sumário

Nova recessão? 3

Adhemar S. Mineiro

Os números recentes do PIB e a continuidade da política contracionista

Nova recessão? 5

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

O espectro da estagnação estrutural

Nova recessão? 7

Antonio Corrêa de Lacerda

Alternativas para a crise brasileira

Nova recessão? 9

Maria Lucia Fattorelli

Por que o Brasil não consegue retomar o crescimento econômico?

Nova recessão? 11

Eduardo F. Bastian

Governo Macri e o ocaso do neoliberalismo retrô

Fórum Popular do Orçamento 13

Educação não se vende, se defende

Rede Pró-Rio articula esforços da academia, gestores públicos e sociedade civil 16

Balanço Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa. **Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos.

Conselheiros Efetivos: 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Ciciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Os números recentes do PIB e a continuidade da política contracionista

Adhemar S. Mineiro*

No último dia 30 de maio o IBGE divulgou os números do PIB para o primeiro trimestre de 2019. Um resultado trimestral negativo, um recuo de 0,2% para o conjunto da economia brasileira, desalentando mais uma vez os analistas que vinham apontando uma possível retomada da economia com a manutenção da política fiscal contracionista e a profissão de fé liberal por parte da equipe econômica do Governo Bolsonaro e sua orientação de mais reformas liberais no Congresso, a começar pela reforma previdenciária, e o eventual avanço do que agora o governo chama de “programa de desinvestimentos”, uma reciclagem de rótulo para o conhecido programa de privatizações.

Mais o que se deveria de fato estar sendo perguntado é: afinal, por que o desalento? De fato, o que está se colhendo nesse momento é exatamente o objetivo esperado de uma política fiscal contracionista: contração econômica. Aliás, se tivéssemos observado alguma mudança no cerne da política econômica, poderíamos estar discutindo sobre resultados inesperados. Não foi o que aconteceu. Aliás, não é o que acontece desde 2015, quando se iniciou uma política contracionista clássica, com juros altos e cortes de gastos ainda no início do segundo mandato da Presidente Dilma, com o então Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Essa política resultou ao longo dos anos, desde então, em recessão e estagnação (dependendo do período), mostrando que a política

econômica adotada de forma combinada entre o Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia) e o Banco Central, e que agora já vai quase para quatro anos e meio de implementação, vem obtendo o que se propõe a obter: a contração da economia. Mudaram governos (se está longe aqui de dizer que os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro são a mesma coisa), mas não mudou a essência da política econômica, apenas a combinação dos instrumentos, uma hora juros mais altos, outra hora mais corte de gastos, ao longo desse período. Como é de se esperar nesses casos, a política adotada também não serviu para ajustar as contas públicas, uma vez que em quadros de queda da atividade econômica, aos cortes de gasto corresponde redução da atividade econômica, que tem como consequência queda na arrecadação. Assim, a política contracionista do ponto de vista da produção também contraiu a arrecadação e resultou em déficit público, o que é lido pelos gestores da política adotada como uma necessidade de mais ajuste nas contas públicas e, portanto, mais contração da economia e mais necessidade de ajuste.

De fato, e já não se fala mais nisso, a adoção da política contracionista, ao gerar e cristalizar o déficit público elevado, desfez na prática o chamado “tripé macroeconômico” (lembrando: câmbio flutuante, juros orientados pela política de metas de inflação e superávit primário), que era a política adotada desde o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique (no primeiro mandato, havia câmbio controlado

e déficit, além de inexistirem metas de inflação, orientações adotadas progressivamente apenas quando da crise de balanço de pagamentos que resultou no acordo com o FMI em outubro de 1998 e na desvalorização do real em janeiro de 1999, a partir do segundo mandato). Vale lembrar um passado que hoje já vai ficando distante, em que qualquer proposta de flexibilizar a política econômica organizada pelo chamado “tripé macroeconômico” era vista quase como um anátema. De fato rompemos com essa política desde 2015 mas nenhum dos analistas que antes se mostravam absolutamente rígidos na sua defesa vieram vigorosamente a público para fazer qualquer crítica, em especial desde a gestão Meirelles no Ministério da Fazenda (Governo Temer). Assim, o tripé que ancorava a política econômica desde 1999, e que sucedeu a chamada “âncora cambial” foi substituído na prática pela política contracionista, onde a contração da atividade produtiva está longe de resultar em superávit primário (ao contrário, tem ampliado o déficit).

Assim, depois das quedas do PIB de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, e da estagnação que repetiu dois resultados de 1,1% em 2017 e 2018, agora em 2019 tivemos um resultado no primeiro trimestre um resultado de -0,2%, o que não apenas jogou por terra as previsões otimistas, como aponta um ano provavelmente pior do que o ambiente da estagnação dos dois anos anteriores. As previsões das instituições financeiras para 2019 começam a ser recalibradas, e dos valores próximos a 2,5% do final do ano passado, as



projeções, que já iam, com um mês corrido no ano, sendo rebaixadas para 2%, com uma trajetória provável parecida com a de 2018, agora caem para menos de 1%, com recuos sequenciais até se aproximarem novamente da estagnação da qual não conseguimos sair depois da aguda recessão iniciada com a crise política, e é provável que os meses que vão se seguir mostrem outras recalibrações de avaliações para baixo.

Para além da informação agregada, vale a pena dar uma olhada nos dados desagregados que aparecem nas informações das contas nacionais do IBGE.

Os dados para o primeiro trimestre de 2019 são significativamente piores do que os apresentados para o primeiro trimestre do ano passado nos dados desagregados mais relevantes. Em especial o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (investimento), dados essenciais quando se está pensando em crescimento, caíram a menos da metade dos valores de um ano atrás. A

Taxa de variação do índice de volume trimestral					
Variável - Taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%)					
Setores e subsetores	Trimestre				
	1º trim. 2018	2º trim. 2018	3º trim. 2018	4º trim. 2018	1º trim. 2019
Agropecuária - total	-3,0	0,3	2,5	2,4	-0,1
Indústria - total	1,2	0,8	0,8	-0,5	-1,1
Indústrias extrativas	-1,3	0,5	0,7	3,9	-3,0
Indústrias de transformação	3,8	1,7	1,6	-1,5	-1,7
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	0,7	3,1	0,5	4,6	4,7
Construção	-4,2	-2,7	-1,0	-2,2	-2,2
Serviços - total	1,8	1,1	1,2	1,1	1,2
Comércio	4,8	2,0	1,6	0,9	0,5
Transporte, armazenagem e correio	2,9	1,1	2,9	1,7	0,2
Informação e comunicação	-2,8	0,5	1,1	2,5	3,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,2	0,7	1,0	-0,5	0,3
Atividades imobiliárias	2,8	3,0	3,2	3,4	3,0
Outras atividades de serviços	1,3	0,7	0,6	1,5	1,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	0,7	0,1	0,1	0,1	0,5
Valor adicionado a preços básicos	1,0	0,9	1,3	1,2	0,5
Impostos líquidos sobre produtos	2,7	1,1	1,3	0,5	0,1
PIB a preços de mercado	1,2	0,9	1,3	1,1	0,5
Despesa de consumo das famílias	2,9	1,8	1,4	1,5	1,3
Despesa de consumo da administração pública	0,7	-0,3	0,3	-0,7	0,1
Formação bruta de capital fixo	2,6	3,0	7,8	3,0	0,9
Exportação de bens e serviços	5,3	-2,9	2,6	12,0	1,0
Importação de bens e serviços (-)	7,8	6,5	13,5	6,0	-2,5

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

perda de qualquer dinamismo (não estamos falando de uma situação anterior de crescimento vigoroso, mas de uma situação que já era de estagnação) fica absolutamente clara. Mudou o governo, a orientação da política econômica foi radicalizada (em seu sentido contracionista) e se conseguiu aparentemente o efeito desejado dessa política, aprofundar a contração econômica.

Vamos tentar observar agora mais detalhadamente os componentes da demanda agregada, iniciando pelo setor externo. A aposta na demanda externa (isto é, um crescimento grande do saldo comercial com o exterior via crescimento das exportações) se confrontou com o que já se sabia desde o início da crise financeira internacional em 2008. O comércio internacional recuou, e o Banco Mundial, em documento sobre o cenário internacional divulgado em 4 de junho deste ano¹, fala em uma economia global que teria desacelerado para o seu ritmo mais

baixo em três anos, e onde o comércio e o investimento teriam tido um desempenho abaixo do esperado no início do ano. Ou seja, a situação internacional está abaixo do que se imaginava no início do ano, o que só piora as perspectivas para o setor externo brasileiro.

É importante agregar aqui ainda dois elementos importantes para a avaliação do setor externo brasileiro. A primeira é a crise argentina, onde a recessão só se aprofunda, atingindo um de nossos principais parceiros comerciais. O outro, ainda por vir, mas que vem sendo fortemente defendido pelo atual governo brasileiro, é o fechamento de um acordo comercial entre e Mercosul e a União Europeia. Se de fato este acordo for fechado, terá um forte impacto negativo sobre a economia do Brasil, ao menos no curto prazo (e provavelmente não apenas nele), já que o país vai ser atingido no curto prazo por uma avalanche de importações dos mais variados tipos de produ-

tos vindos da União Europeia.

Do ponto de vista do consumo das famílias, a situação também não vem evoluindo positivamente. Os dados da Pnad Contínua divulgados pelo IBGE no período mais recente mostram a estagnação da renda (o rendimento médio trimestral caiu ligeiramente nos últimos dois trimestres medidos, entre dezembro / 2018-janeiro/2019-fevereiro/2019 e fevereiro / 2019-março / 2019-abril / 2019) e a manutenção do alto desemprego (a taxa de desocupação oscila entre os valores de 12,4% e 12,7% no mesmo período).

Restariam então as duas variáveis mais autônomas, o gasto público e o investimento. Para o setor público, as palavras-chave são ajuste fiscal, redução do papel do Estado e manutenção da emenda de teto de gastos (Emenda Constitucional 95) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (embora já nesse começo de governo, os Estados estejam de pires na mão junto ao

governo central). Assim, a principal variável autônoma com a qual a política econômica poderia buscar ativar a economia fica emparedada.

Por fim, teríamos o investimento, uma variável também autônoma, mas que depende menos da vontade política dos gestores do governo, e mais das decisões das empresas. Bem, o investimento empresarial é função de suas expectativas quanto ao desempenho futuro de seus mercados, das suas avaliações sobre seus ganhos futuros, da preocupação com a ocupação dos mercados por eventuais competidores, e uma função inversa do nível de capacidade ociosa, que parece estar em níveis altos, como apontam inclusive as atas do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), que discutem a definição dos níveis da taxa básica de juros. Em um quadro em que as avaliações vão de novo convergindo para a estagnação, e com forte restrição ao financiamento dos investimentos (pela desidratação do BNDES), por que os empresários investiriam?

Assim, os componentes da demanda agregada não apontam perspectivas particularmente otimistas para 2019, e mesmo as projeções de crescimento anual da pesquisa Focus do Banco Central (que, já na divulgação do primeiro dia útil de junho, apontava para 1,1%, mesma taxa dos anos de 2017 e 2018) soam a esta altura como excesso de otimismo face ao agravamento da situação interna e do quadro internacional.

* É economista e doutorando do PPGC-TIA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1 *The Global Economy: Heightened Tensions, Subdued Growth*, em <http://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2019/06/04/the-global-economy-heightened-tensions-subdued-growth>

O espectro da estagnação estrutural

Plínio de Arruda Sampaio Jr.*

A estagnação da produção no primeiro trimestre de 2019 jogou uma pá de cal na narrativa de que, após a severa contração registrada em 2015 e 2016, a economia brasileira estaria a caminho de uma recuperação. O aumento de 1,2 milhão no contingente de trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho em apenas seis meses, que elevou para 28,4 milhões a quantidade de pessoas sem ocupação regular, acendeu o sinal vermelho de que o Brasil estaria entrando em novo mergulho recessivo. Os efeitos devastadores da crise econômica sobre as finanças do Estado, num contexto em que a dívida pública cresce como bola de neve pelos efeitos retroalimentadores da própria dívida, colocaram na ordem do dia a possibilidade iminente de um colapso das políticas públicas e a inevitabilidade de um acirramento dos conflitos sociais.

Desconsiderando a gravidade da situação econômica e social, os grandes meios de comunicação – atizados pelos interesses empresariais – vêm associando a deterioração do emprego e da renda às dificuldades para a aprovação da Reforma da Previdência. Não existe nenhuma base real para imaginar que um suposto “choque de confiança” provocado pelas reformas liberais possa levar à recuperação do crescimento e do emprego. Na verdade, a história recente indica o oposto. As últimas “reformas” – o ataque à CLT e o congelamento dos gastos públicos por vinte anos –, também apresentadas como panaceias para revita-

lizar a economia, só reforçaram a tendência estrutural à estagnação.

A letargia econômica e o encilhamento financeiro do setor público são condicionados pelo agravamento da crise de valorização do capital que abala a vida nacional – a mais profunda e longa da história moderna do país. Após retração de 8% do PIB em 2015 e 2016, a economia encontra-se deprimida no mesmo patamar de 2010. No ritmo da tão comemorada “recuperação” dos últimos dois anos, o Brasil precisaria de 38 anos para voltar à renda per capita de 2013. E, ainda assim, o oceano de pessoas desempregadas, desalentadas e subutilizadas – que aumentou em 2,6 milhões desde 2017 – continuaria crescendo ano a ano.

O horizonte de curto prazo é sombrio. Embora a presença de ampla capacidade ociosa no parque produtivo permitiria que uma política de estímulo à demanda agregada promovesse uma rápida expansão da produção e do emprego, todas as frentes de gasto que poderiam revitalizar o mercado interno se encontram bloqueadas. A tendência decrescente da taxa de lucro, o elevado grau de endividamento das empresas e as incertezas econômicas e políticas em relação ao futuro deprimem os investimentos em patamar abaixo de 14% do PIB. Apesar da demanda reprimida pela longa recessão, o desemprego e o arrocho salarial inibem o consumo das famílias – que regrediu em termos reais ao nível de 2013. Por fim, o congelamento do gasto público por vinte anos e a Lei de Responsabilidade Fiscal não apenas criminalizam qualquer possibilida-

de de medidas anticíclicas como impõem a necessidade de cortes substanciais nas despesas reais da administração pública.

Sem ter como estimular a recuperação do mercado interno, o dinamismo da economia fica inteiramente dependente das exportações. No entanto, o cenário externo não é nada favorável. O baixo crescimento da economia mundial; o risco de elevação dos juros dos Estados Unidos; o acirramento do conflito comercial entre os Estados Unidos e a China; bem como a aguda crise econômica argentina não deixam margem para uma expansão vigorosa do comércio internacional.

A perspectiva histórica reforça a correlação negativa entre liberalismo e crescimento econômico. O caso brasileiro é emblemático. Depois de quase quatro décadas de ajuste às exigências da ordem global, a promessa de uma nova era de prosperidade e progresso não se cumpriu. O baixíssimo dinamismo do padrão de acumulação liberal-periférico fica evidente quando se constata que, entre 1981 e 2018, o crescimento do PIB foi de apenas 2,1% ao ano. No mesmo período, a renda per capita ficou praticamente estagnada, aumentando só 0,7% ao ano. É um desempenho muito inferior ao que havia ocorrido nos vinte e cinco anos anteriores. Entre 1956 e 1980, impulsionados pela industrialização por substituição de importações, o PIB e a renda per capita cresceram 7,5 e 4,7% ao ano, respectivamente.

Ademais, o reduzido crescimento da era liberal veio acompanhado de recorrentes crises re-



cessivas. Nos últimos trinta e oito anos, o Brasil registrou expansão sustentada da renda per capita em apenas quinze anos – 1993-1997 e 2004-2013. Nos outros vinte e três anos, a economia brasileira viveu penosos períodos de estagnação – 1981-1992, 1998-2003 e o que começou em 2014 e não tem prazo para terminar. Em contrapartida, entre 1956 e 1980, a trajetória expansiva da renda per capita foi interrompida em apenas três anos – 1963 a 1965.

A análise fria do desempenho da economia brasileira revela que a ideia de que os problemas econô-

micos do país decorrem do excesso de travas ao funcionamento do “mercado” é mera ideologia. O neoliberalismo transformou a acumulação de capital em um fim em si. Na lógica dos negócios das grandes corporações que comandam o Estado, tudo e todos ficam subordinados aos seguintes objetivos: aumentar a taxa de lucro do capital pelo rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores; especializar as forças produtivas nacionais numa posição mais degradada na divisão internacional do trabalho pelo incentivo à produção de mercadorias de baixo conteúdo tecnológico – agronegócio e extrativismo mineral; abrir oportunidades de negócios para o capital pela privatiza-

ção das empresas e serviços públicos; e garantir a sustentabilidade da especulação financeira com títulos públicos, subordinando o orçamento fiscal às exigências dos credores do Estado.

Ao desvincular radicalmente os negócios do desenvolvimento nacional, o neoliberalismo condena o Brasil à estagnação estrutural. Se não houver uma mudança radical no rumo da política econômica, não há como superar os bloqueios que paralisam o país. O primeiro passo para uma política preocupada com a geração de emprego e a melhoria do bem-estar da população é romper o bloqueio mental que naturaliza o neoliberalismo. O segundo é quebrar a teia institucional que sustenta o Plano Real – uma verdadeira arapuca que deixa a sociedade brasileira a reboque do grande capital internacional e nacional e inviabiliza qualquer iniciativa anticíclica.

Uma estratégia alternativa para enfrentar a crise econômica de-

ve organizar um ambicioso programa emergencial de geração de emprego, combate à pobreza e erradicação da desigualdade social, articulado a uma série de medidas que permitam reorganizar a economia nacional, tais como: a imediata revogação da reforma trabalhista, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do congelamento dos gastos públicos por vinte anos; a reversão do processo de liberalização comercial e financeira; a suspensão do pagamento da dívida pública; a centralização do câmbio, a democratização do Banco Central; a nacionalização efetiva da Petrobrás; a estatização do sistema financeiro; a expropriação da Vale do Rio Doce e de todas as empresas envolvidas em crimes ambientais e delitos de corrupção; bem como o planejamento público dos investimentos. Evidentemente, uma mudança dessa envergadura supõe uma intervenção popular que mude radicalmente as bases do Estado brasileiro.

* É professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).



Alternativas para a crise brasileira

Antonio Corrêa de Lacerda*

A queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no primeiro trimestre de 2019 comparativamente ao do último trimestre do ano anterior confirma a expectativa de mais um ano de baixa atividade. Depois da crise 2014-2016, na qual, no acumulado, houve uma queda de quase 7% na atividade econômica, 2017 e 2018 apresentaram crescimento de apenas cerca de 1% ao ano. Infelizmente, pelo andar da carruagem, 2019, no melhor dos casos, terá desempenho equivalente aos dois anos anteriores. E isso vai depender muito de uma reação a partir do terceiro trimestre.

O desempenho pífio da economia nos últimos anos tem impactado diretamente o mercado de trabalho. O desemprego atinge 13,2 milhões de pessoas, o equivalente a 12,5% da População Economicamente Ativa (PEA), em média, considerando o trimestre encerrado em abril, com base na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um conceito mais amplo, considerando o total das pessoas desalentadas e subutilizadas, chega-se a um universo de 28,4 milhões de pessoas!

Como cada desempregado a mais é um consumidor a menos, a retração do consumo dos que se encontram sem ocupação e o maior receio dos que permanecem empregados faz com que a demanda desabe. Além disso, o crédito continua muito caro, a despeito do fato de que a taxa de juros básica (Selic) se encontra em patamar

historicamente baixo para padrões brasileiros.

Também chama a atenção a ausência de políticas e medidas que impulsionem a produção, os investimentos e o consumo. Na já mencionada problemática do crédito, por exemplo, há muito a ser feito, mas, pelo contrário, as poucas medidas em curso têm sido no sentido de contrai-lo ainda mais, considerando a atrofia dos bancos públicos.

A longa crise na indústria

No que se refere à indústria, por exemplo, uma visão “senso comum” da crise questionaria por que a redução da taxa básica de juros (Selic) de 14,25% em 2015 para 6,5%, menor nível nominal histórico brasileiro e já vigente há quinze meses, não fomentou uma reação no setor.

Embora a taxa básica de juros seja relevante e uma condição necessária, ela não é suficiente, por si só, para estimular a produção. Há outros fatores relevantes a serem considerados. Uma Selic mais baixa é importante para as decisões na produção e sempre lembrada e reivindicada pelos agentes, uma vez que diminui o “custo de oportunidade” do capital.

Sendo a base de remuneração das aplicações financeiras, o investimento na produção, em tese, passaria a ser estimulado. Porém, há ainda um aspecto significativo do verdadeiro “vício brasileiro”, que é a enorme distância entre o nível da taxa básica de juros e aquelas oferecidas ao tomador final.

A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há

anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás, quando o Brasil começava a superar os impactos dos efeitos da crise *subprime* norte-americana. Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. Crédito caro e escasso, política cambial errática e longo período de valorização do real, mais as agruras do “custo Brasil”, se encarregaram de agravar o aprofundamento da crise. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais titubeantes tampouco reverteram a situação.

O resultado foi o avanço das importações, especialmente advindas da China, substituindo a produção local. As exportações de industrializados, também prejudicadas pelos mesmos fatores mencionados, perderam espaço ou estagnaram em um mercado internacional hipercompetitivo. A balança comercial brasileira segue superavitária, influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes. Mas a questão aqui não é “ou”, mas “e”. O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores em que já mantém posição de destaque, sem, no entanto, fazer isso em detrimento da indústria e serviços sofisticados.

Os industriais brasileiros, aqueles que não atuaram em setores diretamente ligados a commodities ou setores oligopolizados, foram “empurrados”, por sobrevivência ou senso de oportunidade, para a importação e o rentismo.

Mais recentemente, entre



2015, 2016 e os anos seguintes a crise brasileira trouxe um fator conjuntural que impactou fortemente a indústria brasileira. Desde então a “recuperação” segue adiada, como denotam os dados já mencionados.

Como sair da crise?

O Governo e a equipe econômica têm enfatizado seu discurso no papel da reforma da Previdência como fator de “confiança”, reversão das expectativas e retomada das atividades. Trata-se, no entanto, de superestimar o seu efeito sobre as expectativas, assim como na ação do mercado para isso.

É preciso ir muito além do que medidas paliativas como a anunciada intenção de liberar contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Embora possa ter algum efeito pontual positivo sobre a demanda, representa um impacto limitado e localizado, sem poder para representar uma reversão do quadro de apatia vigente.

Se quiser, como é necessário, criar um ambiente mais favorável ao crescimento para 2020, a equipe econômica precisa diversificar suas estratégias e medidas, uma vez que muitas delas têm um tempo de maturação considerável. Há especulações no mercado sobre uma possível redução da taxa Selic. Tendo em vista a anemia da demanda, a existência de capacidade ociosa na economia e ausência de grandes choques de oferta, o risco inflacionário é baixo. Portanto, seria uma medida de baixo risco.

Mas, para além disso, o Governo carece de melhorar a articulação, tanto internamente, quanto na sua relação com os demais poderes e os agentes econômicos. Da mesma forma, precisa ir além do “samba de uma nota só” do discurso da necessidade da reforma da Previdência e apresentar um conjunto mais abrangente de medidas para acelerar a recuperação da economia.

A questão fiscal é relevante, mas é preciso lembrar que, sem crescimento econômico, qualquer tentativa de ajuste esbarra no impacto restrito da arrecadação em função da fraca atividade econômica. Portanto, fomentar a atividade econômica, dado o seu efeito multiplicador, produz impactos positivos sobre a arrecadação tributária e, portanto, sobre o quadro fiscal.

Na contramão, insistir no discurso autofágico dos cortes de gastos, principalmente de investimentos públicos, que já se encontram no menor nível histórico, não contribui para reverter o quadro adverso que persiste há anos. É preciso realizar uma ampla reforma tributária. Trata-se inegavelmente de uma matéria difícil

em qualquer país do mundo, mais ainda no Brasil, dadas as nossas desigualdades regionais e de renda. No entanto, a despeito da dificuldade em fazê-lo, é necessário enfrentar o desafio, sem subterfúgios e falsas soluções.

Uma boa referência para discussão de uma efetiva reforma tributária pode ser encontrada na publicação “A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas”. Elaborada por 42 especialis-

tas, contempla 39 artigos em suas 804 páginas¹.

A análise destaca o caráter regressivo do nosso sistema tributário e propõe uma ampla reforma, contemplando oito premissas: 1) a perspectiva do desenvolvimento; 2) fortalecer o Estado de Bem-estar Social; 3) promover a progressividade, ampliando a tributação direta (tributação da renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas; tributação internacional para combater a evasão

e os paraísos fiscais; tributação das transações financeiras; e tributação da propriedade e a riqueza); 4) redução da tributação indireta; 5) restabelecer as bases do equilíbrio federativo; 6) considerar a tributação ambiental; 7) aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional; e 8) revisão das renúncias fiscais e combate à evasão fiscal.

Os desafios que se apresentam para o futuro, portanto, envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação de políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e de inovação) nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar que apenas as “forças do mercado” e a “fe” na abertura comercial poderiam por si só nos recolocar no caminho do desenvolvimento. Não foi assim nas melhores experiências internacionais conhecidas.

Os pressupostos da chamada Indústria 4.0 estão a nos exigir estratégias ousadas, mas, igualmente, seria um equívoco desconsiderar a experiência da indústria tradicional e resiliente no Brasil. Isso não vai se dar somente pelas “forças do mercado”. Uma boa estratégia pressupõe o diagnóstico adequado. Do contrário, avaliações equivocadas nos levarão, inesoravelmente, a falsas soluções.

* É professor doutor e diretor da FEA-PUCSP, conselheiro e atual vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e coautor, entre outros livros, de *Economia Brasileira* (Saraiva, 6ª. Edição, 2018). Site www.aclacerda.com

¹ Publicação disponível para download no site <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/05/REFORMA-TRIBUTARIA-SOLIDARIA.pdf>



Por que o Brasil não consegue retomar o crescimento econômico?

Maria Lucia Fattorelli*

O Brasil entrou em forte crise a partir de 2014. Empresas de todos os ramos quebraram; o desemprego bateu recorde; o PIB estacionou em 2014, caiu mais de 7% em 2015-2016 e segue estagnado; as privatizações de patrimônio público aceleraram, e o estoque da dívida pública interna explodiu.

Em meio a tudo isso, o lucro dos bancos atingiu recorde de R\$ 96 bilhões em 2015, além de provisão exorbitante de R\$ 187 bilhões. Em 2018 bateram novo recorde de lucros próximos a R\$ 100 bilhões, enquanto toda a economia patina.

As medidas encaminhadas para contornar essa crise – EC 95/2016, Reforma Trabalhista, da Previdência, Privatizações etc. – têm agravado ainda mais os problemas econômicos e sociais do Brasil. Além de não enfrentarem a real causa da crise, tais medidas têm aprofundado a inanição da economia, ao mesmo tempo em que aumentam os privilégios do setor financeiro.

Neste artigo, apresento estudos sobre a principal causa da crise brasileira, a qual decorre da política monetária do Banco Central. Para voltar a crescer, teremos que enfrentá-la.

O que produziu a crise no Brasil?

Não tivemos aqui nenhum dos principais fatores que produzem crise no capitalismo. Não tivemos quebra de bancos, que foi inclusive a principal causa da crise nos EUA a partir de 2007. Não sofremos pestes ou adoecimento que impedissem a nossa população de trabalhar. Não tivemos quebra de safra, ao contrário, temos batido sucessivos recordes de safra. Também não tivemos guerra.

Diante disso, o que explica a falência de inúmeras empresas de todos os ramos, o desemprego recorde, a queda de mais de 7% do PIB em apenas 2 anos (2015-2016), e queda do PIB per capita em cerca de 10%? Como justificar a explosão do estoque da dívida pública interna federal se os investimentos estão completamente estagnados?

Afinal, o que produziu essa crise, se possuímos cerca de R\$ 4 trilhões líquidos em caixa? Em dezembro/2018, possuíamos¹:

- R\$ 1,27 trilhão no caixa do Tesouro Nacional;
- R\$ 1,13 trilhão no caixa do Banco Central, e
- US\$ 375 bilhões (R\$ 1,453 trilhão) em Reservas Internacionais!

Importantes fundamentos econômicos passaram por brusca mudança:

- 1) Até 2013 o PIB cresceu, em média, quase 4% ao ano. Em 2014 crescemos apenas 0,5% e, de repente, encolhemos quase 4% em 2015 e mais de 3% em 2016, estagnamos em 2017 e 2018 e novamente estamos encolhendo em 2019.
- 2) As contribuições sociais e previdenciárias destinadas ao financiamento da Seguridade Social cobriam todos os gastos com Previdência, Assistência e Saúde e ainda sobravam, todo ano, dezenas de bilhões de reais. Em 2015 a sobra caiu para cerca de R\$ 13 bilhões e a partir de 2016 o orçamento fiscal precisou complementar os recursos, como previsto no Art. 195 da Constituição (Gráfico 1).
- 3) De 1995 a 2015 produzimos mais de R\$ 1 trilhão de superávit primário, ou seja, gastamos bem menos do que arrecadamos. De repente, em 2015,

passamos a ter déficits primários (Gráfico 2):

- 4) Apesar do superávit primário de mais de R\$ 1 trilhão no período de 1995 a 2015, a dívida interna aumentou de R\$86 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período, e seguiu crescendo, principalmente devido aos mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal, como mostra o gráfico, e pela fabricação da “crise” (Gráfico 3).

Como a política monetária do Banco Central produziu a crise no Brasil?

Em 2013, a taxa básica de juros Selic era de 7,25% ao ano, enquanto o mundo todo vinha praticando, desde 2008, taxas próximas de zero ou até negativas.

Após abril/2013, o Banco Central elevou continuamente a taxa Selic até chegar ao absurdo patamar de 14,25% em julho/2015, no qual permaneceu por mais de um ano, até outubro/2016, quando começou a reduzir lentamente, apesar da recessão e queda do PIB.

Simultaneamente, o Banco Cen-



tral foi elevando o volume das Operações Compromissadas, que simplesmente dobraram de 2013 a 2016, quando atingiram R\$ 1 trilhão!

Na prática, as Operações Compromissadas têm funcionado como um mecanismo de remuneração diária da sobra de caixa dos bancos, provocando diversos danos às contas públicas e à economia do país, pois, ao mesmo tempo, geram:

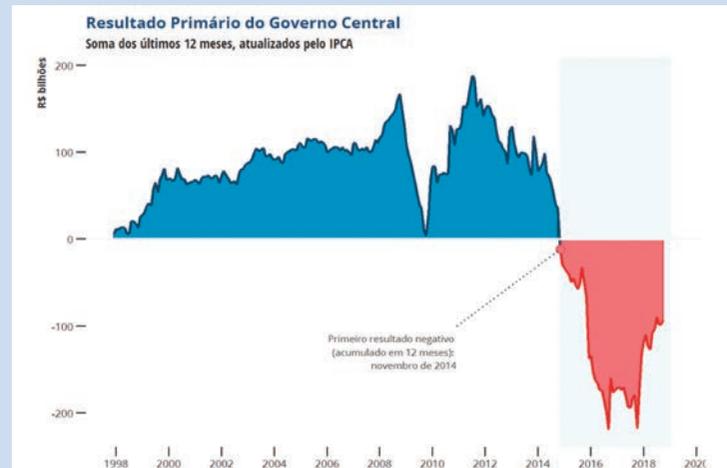
- aumento da Dívida Pública, tendo em vista que o BC recebe a sobra de caixa dos bancos (cerca de R\$ 1,2 trilhão atualmente) e entrega títulos da dívida pública interna como garantia de remuneração;

Gráfico 1



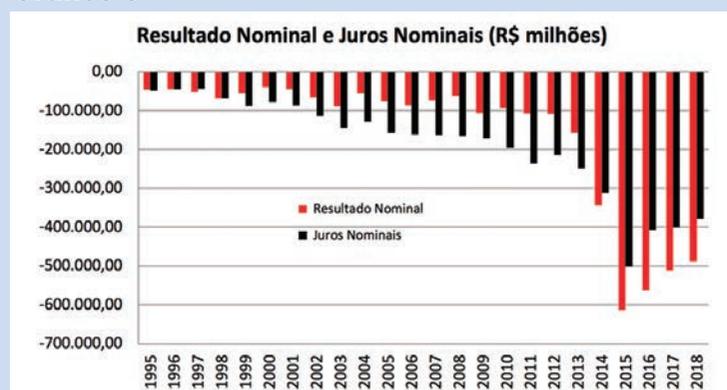
FONTE: ANFIP - https://www.anfip.org.br/wpcontent/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf, pág 187

Gráfico 2



Fonte: Tesouro Nacional <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>

Gráfico 3



Fontes: Banco Central – Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor Público – https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

- geração de rombo às contas públicas no valor de R\$ 754 bilhões em 10 anos (sem atualização), pago com recursos públicos, conforme balanços do Banco Central. Se atualizarmos, chegamos próximos de R\$ 1 trilhão;
- escassez de moeda na economia, pois a moeda que deveria estar nos bancos fica esterilizada no BC;
- elevação brutal dos juros de mercado, porque bancos têm garantia de remuneração diária paga pelo BC. É evidente que se o volume de R\$1,2 trilhão permanesse nos bancos, esses reduzi-

riam os juros para conseguir prestar para empresas e pessoas. Empresas não tiveram acesso a crédito, que se tornou excessivamente caro e raro. Quebraram, provocando desemprego recorde. O governo tentou incentivá-las com desonerações fiscais e provocou queda de arrecadação. A austeridade fiscal impediu a realização de investimentos essenciais, enquanto uma fortuna era destinada a remunerar a sobra de caixa dos bancos e cobrir prejuízos com questionáveis contratos de *swap* cambial². Fabricaram a “crise”, o PIB caiu, mas os bancos continuaram batendo recordes de lucros.

O economista Thomas Piketty³ afirmou que seria um suicídio, em tempos de crise, o Banco Central não reduzir os juros e abrir mão de emitir moeda para irrigar a economia.

A desculpa de que as Operações Compromissadas serviriam para “controlar a inflação” foi desmascarada em 2017, quando a inflação foi quase zero e o IGP-M negativo. Contraditoriamente, naquele ano, o volume das Operações Compromissadas atingiu recorde de R\$ 1,23 trilhão⁴.

Diante dessa flagrante inconsistência, o Banco Central enviou ao Congresso o projeto de lei 9.248/2017, que visa legalizar o “Depósito Voluntário Remunerado”, de tal forma que os bancos depositarão sua sobra de caixa no Banco Central e este continuará remunerando diariamente. Temos dinheiro sobrando para isso?

A PEC 6/2019 quebra o Brasil

O cenário de crise fabricada tem sido propício para medidas insanas como privatizações em massa e desfiguração completa da Seguridade Social.

Ao contrário de resolver qualquer problema fiscal e tirar o Brasil da crise, como diz a propaganda, a PEC 6/2019 quebra o Brasil, haja vista os danos que ela provoca, por exemplo:

- 1) danos às pessoas:
 - A “economia” que Guedes quer fazer corta R\$ 1 trilhão em aposentadorias, pensões e benefícios da Seguridade Social, atingindo principalmente os mais pobres.
 - Sujeição a regime de Capitalização de alto risco e alto custo⁵.
- 2) Danos à economia do país:
 - * O corte de R\$ 1 trilhão deixará de irrigar as economias locais, prejudicando mais de 80% dos municípios, com reflexos para a arrecadação de tributos incidentes sobre o consumo.
- 3) danos às finanças públicas:
 - Elevadíssimo custo de transição

para a Capitalização. No Chile, foi de 136% do PIB. Aqui no Brasil isso representaria quase R\$ 10 trilhões e quebraria o país.

- Fim da arrecadação das Contribuições ao INSS (de empregados e empregadores) devido à migração para o regime de Capitalização.

Conclusão

Para voltar a crescer, o Brasil precisa reformar completamente a política monetária suicida praticada pelo Banco Central. Além disso, precisa impedir a aprovação da nociva PEC 6/2019, e revogar o conjunto de medidas que foram aprovadas sob a justificativa de combater a crise, mas que na verdade aprofundam o cenário de escassez, a exemplo da EC 95 e a Reforma Trabalhista, que não gerou nenhum emprego.

* É coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br e www.facebook.com/auditoriacidada.pagina) e foi membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana, nomeada pelo Presidente Rafael Correa (2007/2008), assessora da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais no Brasil (2009/2010) e membro da comissão criada pelo parlamento Helênico para realizar a Auditoria da Dívida da Grécia (2015).

1 Fonte: dados Op. Compromissadas no Banco Central e Conta única do Tesouro Nacional <https://bit.ly/2ZepGfY> e Reservas Internacionais <https://bit.ly/2XDj5L4>

2 Tema tratado em audiência pública no Senado Federal em 29/11/2016, conforme telas de Power Point disponíveis em (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/palestras-da-auditoria-cidada-2016/>) e vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_TMogIGWxKI

3 PIKETTY, Thomas. *É possível salvar a Europa?* Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

4 Notícia disponível em <http://www.valor.com.br/financas/5145488/concentracao-de-aplicacoes-no-bc-alcanca-inedito-r-123-trilhao>

5 Capitalização só favorece o setor financeiro <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folha-de-s-paulo-capitalizacao-so-favorece-o-setor-financeiro-por-maria-lucia-fattorelli/>

Governo Macri e o ocaso do neoliberalismo *retrô*¹

Eduardo F. Bastian*

O prêmio Nobel de Economia Simon Kuznets costumava dizer que há quatro tipos de países no mundo: desenvolvidos, subdesenvolvidos, Japão e Argentina. A afirmação de Kuznets soa como uma brincadeira, mas dá um pouco o tom da trajetória idiossincrática de nossos vizinhos. De fato, nos últimos 50 anos, a Argentina viveu toda sorte de crise: hiperinflação, recessão profunda, crise cambial aguda. O país foi um verdadeiro laboratório de estudos para macroeconomistas. Ao mesmo tempo, outro traço marcante foi oscilar entre versões de modelos de desenvolvimento, ora abraçando agendas do tipo neoliberal, ora embarcando em projetos desenvolvimentistas. Trata-se do “pêndulo argentino”, como sugeriu Marcelo Diamand.

Nesse contexto, a eleição de Maurício Macri em novembro de 2015 não foi diferente e significou um rompimento com o modelo econômico do casal Kirchner e um retorno ao modelo neoliberal dos anos 1990. A vitória eleitoral de Macri inaugurou uma onda de neoliberalismo retrô no continente que logo depois chegaria ao Brasil, com a ascensão de Michel Temer à presidência. No governo, a partir de dezembro de 2015, a equipe econômica macrista rapidamente colocou em prática a sua agenda. Entre outras coisas, destacam-se: 1) a eliminação das restrições no mercado cambial (*cepo cambiario*), o que promoveu uma rápida desvalorização cambial da ordem de 40%; 2)

retirada das retenções (que funcionavam como uma espécie de imposto sobre os bens exportados) de quase todos os bens agropecuários – exceto a soja; 3) liberalização de importações; 4) promoção de um forte reajuste de tarifas; 5) introdução – a partir de setembro de 2016 – de um regime de metas de inflação com metas cadentes; 6) adoção de uma política gradualista de ajuste fiscal. A agenda econômica incluía também outras reformas, como a previdenciária e a trabalhista. No coração do programa macrista estava a ideia de que a combinação de reformas liberalizantes com ortodoxia macroeconômica traria para a Argentina uma enxurrada de investimento direto estrangeiro (IED), o que ajudaria a fomentar o crescimento econômico e evitar problemas de balanço de pagamentos.

O choque cambial e de tarifas do começo do governo Macri fez a inflação saltar de um patamar de 20% em 2015 para 33,1% em 2016. Ao mesmo tempo, o PIB caiu 2,1%, contra um crescimento de 2,7% em 2015. De positivo no primeiro ano de governo, o crescimento das exportações e o saldo positivo na balança comercial de US\$ 2 bilhões em 2016, contra um déficit de quase US\$ 3,5 bilhões em 2015.

A necessidade de fazer a inflação cair em 2017 – diante de uma meta de inflação de 17% para o ano – provocou mudanças. Assim, o Banco Central argentino controlou a taxa de câmbio nominal – deixando a taxa de câmbio real se apreciar –, o que foi crucial para a queda da inflação para 25%.

Ao mesmo tempo, a economia se recuperou e o PIB cresceu 2,7%. Contudo, a combinação de uma taxa de câmbio real mais apreciada com crescimento econômico trouxe novamente os problemas nas contas externas: as importações cresceram quase 20% no ano e a balança comercial registrou um déficit de mais de US\$ 8 bilhões, contribuindo para um déficit em conta-corrente de pouco mais de US\$ 31,5 bilhões, valores muito superiores aos de 2015. O déficit foi financiado com aumento do endividamento externo. Em particular, houve um grande aumento do endividamento público externo e uma explosão de operações de *carry-trade* envolvendo as Letras do Banco Central (Lebacs).

No primeiro trimestre de 2018, houve uma combinação de fatores que detonou a fortíssima depreciação do peso argentino. Primeiramente, a expectativa mais alta de inflação nos EUA elevou as taxas de títulos de 10 anos do governo americano, iniciando uma onda de desvalorizações de moedas em emergentes, justo depois de o Banco Central argentino ter baixado duas vezes as taxas de juros. Em segundo lugar, a introdução dos impostos para não-residentes nas participações das Lebacs, que entrou em vigência em 25 de abril e detonou a corrida para o dólar². Nesse contexto, as medidas de liberalização financeira – como a abolição do requerimento que exportadores vendam as suas divisas no mercado cambial – dificultavam a tarefa do banco central de contenção da desvalorização,



uma vez que a instituição passou a ter que oferecer altas taxas de juros para atrair dólares que antes estariam garantidos³. A taxa de câmbio se desvalorizou de 18,74 pesos por dólar no começo de 2018 para 20,54 em 24 de abril e depois para 25,57 no começo de junho.

Diante da disparada do câmbio, a Argentina recorreu ao Fundo Monetário Internacional. Em junho, o país fechou um acordo, obtendo linhas de crédito da ordem de US\$ 50 bilhões. Uma nova corrida contra o câmbio em agosto levou, no final de setembro, a uma ampliação da ajuda do FMI, totalizando agora US\$ 57,1 bilhões. Ainda em setembro, o governo retomou as retenções. Por fim, no fim de setembro,

ocorreu o abandono das metas de inflação e sua substituição por um regime baseado em uma (obsoleta) combinação de banda cambial com metas monetárias, levando a uma política monetária fortemente restritiva. A taxa de câmbio se estabilizou no último trimestre de 2018, mas voltou a apresentar trajetória ascendente em 2019. Os resultados em 2018 foram péssimos. O PIB caiu 2,5% e a inflação fechou em 47,6%. O dólar fechou 2018 valendo 38,85 pesos.

Em abril de 2019, o governo argentino apelou para congelamento por seis meses de preços de 60 produtos da cesta básica. Trata-se de uma medida desesperada para tentar conter a inflação – que alcançou

55% nos 12 meses encerrados em abril – e dar alguma chance ao governo nas eleições presidenciais desse ano. Contudo, a inflação alta e a expectativa de nova queda do PIB apontam para um cenário eleitoral difícil para a situação.

O que explica a crise argentina e o colapso da estratégia econômica de Macri? O grande problema argentino segue sendo a restrição externa. Em uma economia com restrição externa, era inconsistente a combinação de liberalização comercial e financeira, realismo tarifário, retirada de retenções e metas de inflação. As desvalorizações cambiais – combinadas ao reajuste de tarifas em um contexto já inflacionário – alimentaram a inflação que, por sua vez, foi realimentada pelas pressões por reajustes salariais para repor perdas inflacionárias. Esse quadro foi agravado pela retirada, no começo do governo, das retenções, dado que elas forneciam uma certa blindagem aos impactos inflacionários de desvalorizações cambiais. Somente houve crescimento e queda da inflação quando a taxa de câmbio real se apreciou, mas isso acentuou o déficit em conta-corrente, acompanhado por uma explosão no endividamento externo. O *boom* de IDE não ocorreu e o que veio mesmo foi capital especulativo para fazer operações de *carry-trade*. A explosão de endividamento de 2016-17 – somada à saída de capitais em 2018 – só não levou o país ao *default* no ano passado em função do suporte do FMI⁴.

Por sinal, as questões externas explicam os porquês de o Brasil correr poucos riscos de repetir a crise argentina. Se, em dezembro de 2018, a Argentina tinha um montante de reservas internacionais da ordem de US\$ 60 bilhões, o Brasil possuía aproximadamente US\$ 374 bilhões em reservas. O mesmo pode

ser observado a partir de indicadores de liquidez e solvência externa. Calculando para dezembro de 2018 a razão Dívida Externa de Curto Prazo sobre Reservas Internacionais (indicador de liquidez externa), encontra-se o valor de 1,36 para a Argentina e 0,18 para o Brasil. Ao mesmo tempo, a razão entre o Saldo em Conta-Corrente e as Exportações de Bens e Serviços (indicador de solvência externa) para o final de 2018 aponta para $-0,37$ no caso argentino e $-0,05$ para o Brasil⁵. Em suma, o Brasil tem um nível de vulnerabilidade externa extremamente menor do que a Argentina.

Menos de vinte anos depois do colapso do modelo neoliberal implantado pelo presidente Carlos Menem, a Argentina optou por um retorno a esse modelo, ainda que com roupagem diferente. Não é de estranhar o novo desfecho melancólico. O filósofo inglês Bertrand Russell costumava brincar: “Para que cometer erros antigos se há tantos novos a escolher”? Na República Argentina, os erros antigos parecem ter um apelo irresistível.

* É professor adjunto do Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ) e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo IE-UFRJ, com doutorado sanduíche na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge e estudos de pós-doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Columbia.

1 Agradeço os comentários de Eduardo Crespo, Luiz Carlos Prado e Numa Mazat. Erros e omissões remanescentes são meus.

2 Devo esse ponto a Fabian Amico.

3 Ver Bortz, P. & Zeolla, (2018, p.4). *Argentina: from the confidence fairy to the (still devilish) IMF*. Critical Macro Finance.

4 Devo esta última observação a Eduardo Crespo.

5 Os indicadores utilizados foram sugeridos em Medeiros, C.; Serrano, F. (2001). *Inserção Externa, exportações e crescimento no Brasil*. In: Fiori, J.L.; Medeiros, C. (org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes.



Educação não se vende, se defende

Recentemente, houve um retorno da ameaça de extinção da vinculação orçamentária da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que abarca os gastos voltados "à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis"¹. Seu propósito é garantir que o percentual mínimo de 25% da receita líquida de impostos proteja um núcleo de gastos indispensáveis ao aprimoramento do ensino.

Analisamos o cumprimento constitucional da MDE do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e do Município do Rio de Janeiro (MRJ) a partir da evolução de seus orçamentos entre 2012 e 2018. Destacamos os seus pesos nos orçamentos totais e debatemos o papel do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como fonte de recursos.

Com o intuito de verificar sua eficácia na prática, examinamos possíveis indicadores de qualidade da educação: o número de matrículas aumentou em relação ao crescimento da população jovem? Quais foram as metas de construção e reforma de escolas? Qual a

participação da remuneração do magistério na despesa com MDE? Como se deram as evoluções da remuneração por professor e das relações matrículas/professores e matrículas/estabelecimentos de ensino?

Todos os dados foram deflacionados pelo IPCA de março de 2019.

A Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino:

Município

Os gastos com MDE permaneceram relativamente estáveis entre 2012 e 2018, com redução nas despesas realizadas entre 2016 (R\$ 4,36 bilhões) e 2018 (R\$ 4,06 bilhões). Para 2019, mantém-se praticamente inalterado o valor previsto na LOA de 2018 (R\$ 4,48 bilhões), inferior às previsões dos três anos anteriores. No que se refere à exigência constitucional, o MRJ cumpriu, ao longo de todo o período, o percentual mínimo de aplicação. Após se aproximar do limite entre 2012 e 2015, o índice alcançado subiu consideravelmente nos anos seguintes (28,7% em 2016 e 29,3% em 2017), sobretudo pela queda

na arrecadação. Em 2018, o índice volta a cair (26,9%), apesar da continuidade do quadro de baixa arrecadação. O percentual previsto para 2019 é de 26,5% (gráfico 1), mas os resultados até o 2º bimestre preocupam: até agora, o percentual aplicado foi de 20,5%.

Estado

Em contraste, as despesas com MDE diminuíram sistematicamente entre 2013 (R\$ 11,53 bilhões) e 2017 (R\$ 9,84 bilhões), com parcial recuperação em 2018 (R\$ 10,76 bilhões) que, ainda assim, não permitiu o alcance do nível de gastos de 2013 a 2015. Em relação ao percentual de 25%, os resultados são ainda piores. Após se aproximar do limite em 2016, o ERJ não alcançou o mínimo constitucional por dois anos consecutivos (gráfico 2): em 2017, o índice atingiu 24,4%, por conta de uma simultânea queda nas despesas e elevação das receitas; em 2018, alcançou-se 24,8%, pois o aumento nas despesas não foi suficiente para compensar o crescimento das receitas.

Vale destacar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio emitiu parecer contrário² às Con-

tas de Governo de 2017 e 2018. Dentre os motivos, inclui-se a ausência de aplicação do mínimo constitucional para o ensino. Neste contexto, as perspectivas para 2019 são desanimadoras: a LOA previu um percentual próximo à fronteira, de 25,2%, mas até agora (2º bimestre), o índice atingido foi de 20,9%.

Em suma, os gastos municipais com ensino se mantiveram relativamente estáveis, e houve cumprimento do limite mínimo em todos os anos analisados. Já o Estado reduziu drasticamente suas despesas e descumpriu a exigência constitucional nos dois últimos anos. Vejamos de que forma estes resultados afetaram os investimentos e a qualidade do ensino.

Investimento e infraestrutura nas escolas

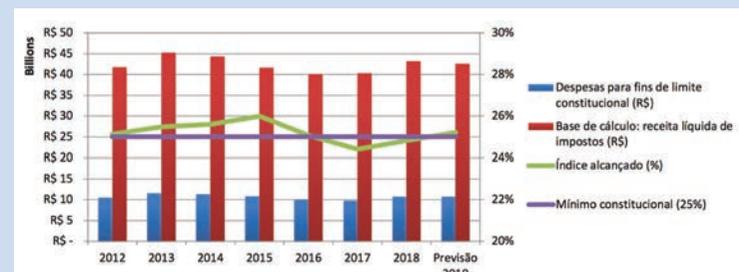
Contrastamos a evolução dos investimentos na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e na Secretaria Municipal de Educação (SME) com a ampliação da infraestrutura do sistema educacional. Para tal, analisamos as metas físicas referentes a escolas, unidades de ensino/escolares e espaços de

Gráfico 1 – Evolução das despesas em MDE no MRJ (2012-2019):



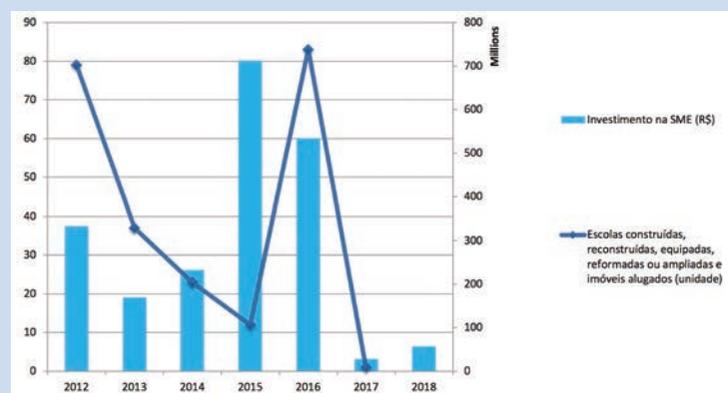
Fonte: Parecer do TCM sobre as Contas de Governo (2012-2017); RREO 2018; LOA 2019.

Gráfico 2 – Evolução das despesas em MDE no ERJ (2012-2019):



Fonte: Parecer do TCE sobre as Contas de Governo (2012-2018); LOA 2019.

Gráfico 3 – Evolução das metas físicas no MRJ x Investimento na SME:



Fonte: Relatório de gestão e avaliação (MRJ) 2012-2017 e FINCON.

desenvolvimento infantil que tenham sido inauguradas ou reformadas de alguma forma no período analisado. Foi acrescentada também a meta "Imóvel alugado", pois, como se encaixa dentro das secretarias, supomos que seja referente ao aluguel de imóveis para abarcar instituições de ensino.

Município

Neste âmbito, é difícil coletar informações quanto às naturezas da despesa da SME em bases de dados de livre acesso. Devido a esta opacidade, tivemos que recorrer ao sistema utilizado internamente na Câmara Municipal, o FINCON. Os valores investidos por ano da SME, do Fundeb e da Multirio³, contabilizados separadamente no sistema, foram agregados a fim de evitar distorção nos dados.

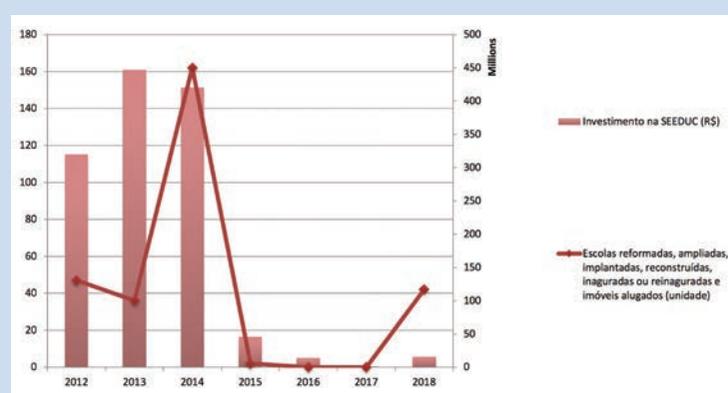
O pico do investimento aconteceu em 2015, quando chegou a R\$ 712,8 milhões. Enquanto isso, o quantitativo de metas físicas só atingiu seu máximo no ano seguinte (gráfico 3). Possivelmente, essa diferença deve-se a obras iniciadas em 2015, mas que só foram concluídas e, por isso, contabilizadas como metas, em 2016. Com a mudança de governo, houve que-

da brusca na construção/reforma de escolas: apenas uma meta foi realizada em 2017. O investimento também atingiu sua menor cifra, R\$ 27,4 milhões, neste ano. Até a data que foi escrito este artigo, a prefeitura não havia disponibilizado o Relatório de Gestão e Avaliação do exercício de 2018, o que impossibilitou a coleta de metas físicas. Isso demonstra, mais uma vez, uma falta de compromisso governamental com a transparência. Já o valor investido deste ano, apesar de apresentar leve ascensão, não retornou aos patamares registrados anteriormente.

Estado

O valor máximo do investimento estadual, de quase R\$ 450 milhões, se realizou em 2013. As metas físicas, por sua vez, só tiveram seu ápice no ano seguinte (gráfico 4), provavelmente pelo mesmo motivo que levou a essa defasagem no Município. De 2013 até 2017, houve redução de 99,7% no investimento, com reflexos preocupantes para os últimos dois anos. Embora a previsão segundo PPA 2015-2018 fosse de 306 metas físicas a serem executadas em 2016 e 2017 somados, nenhuma

Gráfico 4 – Evolução das metas físicas no ERJ x Investimento na SEEDUC:



Fonte: Relatório de Produtos das Ações Realizada (ERJ) 2012-2018 e Transparência Fiscal.

foi realizada. O recente decaimento em ambas dimensões pode ser relacionado com a redução da despesa com MDE no Estado.

Contudo, para um estudo adequado do ambiente escolar, não podemos analisar somente sua infraestrutura. Também é importante que nos atentemos para a qualidade da atuação profissional. Nesse sentido, o Fundeb se destaca pelo seu objetivo de valorização dos professores através da estipulação de uma porcentagem mínima que deve ser destinada à remuneração do magistério ativo.

Fundeb

No que diz respeito às fontes de recursos da MDE, a mais significativa, excluídos os ordinários provenientes de impostos, é o Fundeb, que representa 40,5% e 43,5% do liquidado entre 2012 e 2018 no Estado e no Município, respectivamente. O modelo vigora desde janeiro de 2007 e expira em 2020, assim, cabe ao Congresso debater a continuidade da sua existência. O fundo reflete um compromisso entre as esferas federal, estadual e municipal para com a educação básica, ao financiar instituições de ensino da

creche ao ensino médio. São reservados, inclusive, recursos para educação de jovens e adultos. Gerenciado pela União e composto por todos os Estados, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição pelo país dos recursos vinculados à educação e leva em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões. Quanto à exigência de que no mínimo 60% dos recursos do fundo sejam utilizados com a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, vale dizer que é cumprida com folga todos os anos em ambas as esferas governamentais.

Apesar disso, o valor absoluto dessa quantia no ERJ caiu continuamente desde 2012, com redução de mais de R\$ 1 bilhão ao longo do período analisado. Dessa forma, podemos argumentar que, no âmbito estadual, o Fundeb não exerceu seu papel de melhorar a qualidade do ensino através da valorização dos professores nos últimos anos. Entretanto, a remuneração do magistério é apenas um dos indicadores da evolução qualitativa da educação, que será analisada mais detalhadamente a seguir.

Qual o impacto social do gasto com ensino?

A partir da relação entre a população jovem e o número de matrículas, produzimos um possível indicador de qualidade da educação (quadro 1). O indicador (A) mostra que, apesar do número de jovens ter diminuído, a quantidade de matrículas diminuiu proporcionalmente mais. Simultaneamente, as matrículas em escolas privadas apresentaram variação positiva em ambos os entes. Isso significa que a perda real de matrículas se deu na rede pública – 250 mil na rede estadual e 35 mil na rede municipal. Com isso, a participação do setor privado no ensino básico no ERJ e no MRJ aumentou, respectivamente, 3 e 4 pontos percentuais no final do período analisado.

Na mesma linha, se a quantidade de docentes na rede estadual diminuiu 11% e na rede municipal, 6%, a rede privada cresceu em 9% no ERJ e 5% no MRJ. O ano de maior redução do número de docentes foi 2015, apresentando as maiores perdas da série analisada tanto na rede pública quanto na rede privada. Contraditoriamente, o ano foi marcado por grandes investimentos graças aos Megaeventos.

Outro possível indicador da educação é a relação entre o número de matrículas e os estabelecimentos de ensino, ou seja, a quantidade de estudantes por escola. No Município, simultaneamente à queda do número de matrículas, abriram-se 151 novas escolas, o que diminuiu ainda mais o número de estudantes por escola. Já no Estado, houve uma redução do número de estabelecimentos, menor que a queda no número

de matrículas. Isso fez com que a quantidade de estudantes por escola também diminuísse, mas por motivos diferentes. Isso corrobora os dados apresentados de forte queda dos investimentos estaduais. No caso da rede privada, o crescimento do número de estabelecimentos foi positivo e superior ao aumento de matrículas, o que também provocou uma queda dos estudantes por escola.

No que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, a remuneração média mensal do magistério⁴ estadual alcançou, em 2018, R\$ 3.031, o menor valor de todo período analisado (11% menor que o de 2012). No mesmo sentido, a participação das remunerações do magistério nos gastos totais do MDE passou de 34% para 23% em 2018. Enquanto isso, no município, houve um aumento de R\$ 1.141,69 na remuneração média mensal, que chegou a R\$ 6.588,89. Isso fez com que a remuneração, que representava 46% do MDE, alcançasse 50%.

Conclusão

O cenário acima retratado reforça a importância da vinculação dos gastos em MDE. Com efeito, o quadro de degradação da estrutura e da qualidade do ensino no âmbito estadual acompanha a progressiva queda nas despesas com educação, que culminou no descumprimento do limite constitucional nos últimos anos. Por outro lado, a manutenção do nível de gastos no município acima do mínimo foi suficiente para que alguns indicadores apresentassem melhorias, como o aumento da remuneração por professor e a expansão

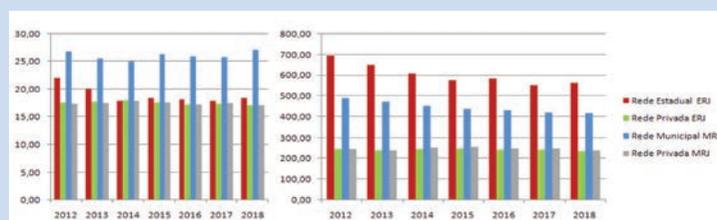
Quadro 1 – Relação entre a população jovem e o número de matrículas no ERJ e no MRJ (2012-2018).

ERJ									
Ano	População Jovem	Matrículas totais	Indicador A	Privadas	Indicador B	Públicas	Indicador C	Rede Estadual	Indicador D
2012	7.250.647	3.802.938	1,91	1.049.908	6,91	2.753.030	2,63	973.666	7,45
2013	7.219.944	3.713.316	1,91	1.117.410	6,46	2.595.906	2,72	884.031	8,17
2014	7.167.737	3.715.402	1,93	1.158.837	6,19	2.556.565	2,80	812.532	8,82
2015	7.113.141	3.607.342	1,97	1.119.028	6,36	2.488.314	2,86	772.773	9,20
2016	7.056.323	3.592.755	1,96	1.097.055	6,43	2.495.700	2,83	773.443	9,12
2017	6.997.275	3.563.661	1,96	1.113.946	6,28	2.449.715	2,86	717.877	9,75
2018	7.085.123	3.558.698	1,99	1.104.745	6,41	2.453.953	2,89	724.310	9,78

MRJ									
Ano	População Jovem	Matrículas totais	Indicador A	Privadas	Indicador B	Públicas	Indicador C	Rede Municipal	Indicador D
2012	2.721.782	1.414.889	1,92	464.855	5,86	950.034	2,86	679.706	4,00
2013	2.709.016	1.415.995	1,91	492.812	5,50	923.183	2,93	671.670	4,03
2014	2.689.270	1.398.251	1,92	513.510	5,24	884.741	3,04	655.954	4,10
2015	2.668.971	1.343.569	1,99	492.459	5,42	851.110	3,14	637.226	4,19
2016	2.648.158	1.344.890	1,97	479.782	5,52	865.108	3,06	641.858	4,13
2017	2.626.827	1.346.937	1,95	489.682	5,36	857.255	3,06	649.708	4,04
2018	2.663.935	1.340.646	1,99	479.931	5,55	860.715	3,10	644.014	4,14

Fonte: IBGE e Sinopse da Educação Básica – INEP.

Gráfico 5 – Relação entre Matrículas e Docentes (esquerda) e entre Matrículas e Estabelecimentos (direita).



Fonte: Sinopse de Estatística da Educação Básica – INEP.

do número de escolas.

É importante frisar que o mínimo constitucional é necessário ao aprimoramento do ensino, mas não suficiente. Ambos os entes devem elevar a prioridade da educação se pretendem alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que, em 2017, foram descumpridas pelas redes públicas. Por exemplo, de 2015 para 2017, o índice de desenvolvimento da educação básica para o 3º ano do Ensino Médio da rede estadual caiu de 3,6 para 3,3, e ficou longe da meta de 4,1. Além disso, o Parecer do TCE das Contas de Governo de 2018 ressaltou, mais uma vez, que o ERJ é o único que sequer tem projeto de lei para aprovação do Plano de Educação Estadual, o

que configura descumprimento do PNE. Portanto, é imprescindível que a sociedade continue pressionando o poder público, como tem ocorrido nas manifestações que tomaram o Brasil em maio de 2019.

1 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Art70Lei9394-96.pdf>

2 Apesar do parecer contrário do TCE-RJ, a ALERJ aprovou as Contas de Governo de 2017.

3 Empresa municipal que tem como objetivo a promoção, em diversas mídias e plataformas tecnológicas, de ações articuladas com a política pública de educação na cidade do Rio de Janeiro como: séries audiovisuais, animações, jogos, reportagens, artigos, etc.

4 A metodologia utilizada para esse dado foi a remuneração total do magistério fornecida pelo Tribunal de Contas sobre o número de docentes, dividido por 13 (número de salários por ano dos professores).

Rede Pró-Rio articula esforços da academia, gestores públicos e sociedade civil

A Rede de Estudos em Planejamento e Política Pública Regional Orientada ao Rio de Janeiro - Rede Pró-Rio, estruturada sob o conceito de um *think tank*, propõe-se a estudar uma série de temas estratégicos para a elaboração de uma agenda de políticas públicas para o estado e municípios. Lançada em um seminário em 20 de maio, a organização é sediada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também possui membros permanentes em outras unidades da Uerj,

escolhida por ser um dos principais centros de produção de conhecimento no Estado.

A Rede Pró-Rio é um espaço institucional voltado para sistematizar e agregar em um formato de rede ampla, integrada por grupos de trabalho. A estrutura organizacional sustenta-se sobre um tripé: comunidade acadêmica fluminense, grupos de gestores públicos e entidades da sociedade civil organizada. Os grupos de trabalho atuam em frentes como a estrutura produtiva do estado, a questão das finanças públicas, a questão da se-

gurança e o mercado de trabalho.

A iniciativa recebeu apoio de organizações importantes como o Corecon-RJ, que cedeu o auditório de sua sede no Centro para reuniões de trabalho da Rede. Especialistas externos de notório saber e entidades e instituições já se firmaram como parceiros da Rede Pró-Rio, tais como: Casa Fluminense; Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da UFRJ (PPED IE/UFRJ); Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desen-

volvimento Econômico e Social – GPDES (Ippur/UFRJ); Observatório das Metrôpoles (Ippur/UFRJ); e Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (PPGER/ICSA) da UFRJ.

Já há pesquisas que envolvem o Rio de Janeiro, mas é preciso ir além de tratar o estado como estudo de caso e passar a articular organicamente um discurso a partir dos interesses regionais. Outras informações estão na página www.facebook.com/pg/rede.pro.rio.

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)	REFERÊNCIAS		PASSIVO (EM R\$)	REFERÊNCIAS	
	MARÇO/2018	MARÇO/2019		MARÇO/2018	MARÇO/2019
ATIVO FINANCEIRO	8.619.465,25	7.650.581,61	PASSIVO FINANCEIRO	84.348,85	63.800,29
DISPONÍVEL	366.446,86	225.417,49	RESTOS A PAGAR	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	8.179.085,27	7.338.627,62	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
REALIZÁVEL	32.050,54	44.653,92	CONSIGNAÇÕES	24.719,66	11.377,58
RESULTADO PENDENTE	41.882,58	41.882,58	CREDORES DA ENTIDADE	18.601,85	9.591,23
ATIVO PERMANENTE	26.340.960,01	25.972.848,93	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	41.027,34	42.831,48
BENS PATRIMONIAIS	1.769.117,78	1.792.795,44	RESULTADO PENDENTE	262.506,64	269.526,51
VALORES	57.098,94	52.320,22	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	262.506,64	269.526,51
CRÉDITOS	24.514.743,29	24.127.733,27	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	34.613.569,77	33.290.103,74
TOTAL GERAL	34.960.425,26	33.623.430,54	TOTAL GERAL	34.960.425,26	33.623.430,54
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS					
REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/2018	JAN A MAR/2019		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS CORRENTES			RECEITAS		
ANUIDADES	3.295.856,02	3.296.122,05	ANUIDADES	266,03	0,0
PATRIMONIAL	128.907,51	(58.627,45)	PATRIMONIAL	(187.534,96)	-145,5
SERVIÇOS	45.796,28	24.528,53	SERVIÇOS	(21.267,75)	-46,4
MULTAS E JUROS DE MORA	9.075,14	11.437,82	MULTAS E JUROS DE MORA	2.362,68	-
DÍVIDA ATIVA	261.897,12	219.986,60	DÍVIDA ATIVA	(41.910,52)	-16,0
DIVERSAS	106.761,65	121.124,56	DIVERSAS	14.362,91	13,5
RECEITAS DE CAPITAL	-	-		-	-
TOTAL GERAL	3.848.293,72	3.614.572,11	TOTAL GERAL	(233.721,61)	-6,1
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.157.796,28	1.236.742,48	DE CUSTEIO	78.946,20	6,8
PESSOAL	606.165,83	640.317,72	PESSOAL	34.151,89	5,6
MATERIAL DE CONSUMO	16.274,95	8.828,90	MATERIAL DE CONSUMO	(7.446,05)	-45,8
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	535.355,50	587.595,86	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	52.240,36	9,8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	735.535,37	723.090,30	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(12.445,07)	-1,7
DESPESAS DE CAPITAL	7.929,09	6.480,07	DESPESAS DE CAPITAL	(1.449,02)	-18,3
TOTAL GERAL	1.901.260,74	1.966.312,85	TOTAL GERAL	65.052,11	3,4
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1.947.032,98	1.648.259,26	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(298.773,72)	-15,3